

## ORIGEM GENÉTICA E DIREITO AO SIGILO DO DOADOR DE MATERIAL GENÉTICO: FRONTEIRAS

Beatriz Homem de Mello Bianchi

Sumário: I- Filiação. I. 1- Conceito. I. 2- Filiação Natural ou Biológica. I. 3- Filiação Civil ou Não Biológica. II- Reprodução Humana Assistida. II. 1- Requisitos Objetivos da Reprodução Assistida Heteróloga. III- Princípios Bioéticos Específicos da Reprodução Assistida. III. 1– Princípio da intimidade do doador do sêmen. III. 2- Princípio do conhecimento da origem genética. IV- Tratamento da Reprodução Heteróloga em Outros Países. V- Conclusão. VI- Bibliografia.

### I. FILIAÇÃO

#### I.1- CONCEITO



timologicamente, filiação é um termo derivado do latim *filiatio*, sendo um conceito que distinguia a relação de parentesco estabelecida entre pessoas que conceberam a vida a um ente humano e este, ou seja, os pais e seu filho. Como se percebe pela intenção desse instituto, a percepção inicial da filiação tinha como fato originário a procriação, a relação sexual entre duas pessoas.

Por muito tempo prevaleceram dois princípios na sociedade: *mater semper certa est* (filiação materna) o qual provan-

do o parto da mulher e a ligação entre o parto e a criança recém-nascida, não há o que se questionar sobre a maternidade, sendo esta completa e definitiva; *pater is est quem justae nuptiae demonstrat* (filiação paterna) a qual se baseia no casamento, ou seja, o filho de uma mulher casada é filho do marido desta. Contudo, ambos os princípios deixaram de prevalecer, tendo em vista, principalmente, o desenvolvimento da inseminação artificial.

Assim, levando em conta o instituto da adoção, as novas possibilidades que surgiram no campo da medicina genético-reprodutiva e, sobretudo, com o reconhecimento do afeto como causa da incontestada ligação entre duas pessoas na condição de pai e filho, o conceito de filiação teve de ser ampliado.

Com efeito, Luiz Edson Fachin<sup>1</sup> afirma que a verdadeira paternidade não se explica somente pela autoria genética; conclui que pai também é aquele que se revela no comportamento cotidiano, de forma sólida e duradoura, capaz de estreitar laços da paternidade numa relação psicoafetiva.

Dessa forma, as mudanças que o Direito de Família sofreu ao longo dos anos, principalmente em tempos de grandes avanços da biotecnologia, impõem novas formas de vivenciar e compreender as relações entre pais e filhos.

## 1.2- FILIAÇÃO NATURAL OU BIOLÓGICA

Pelo sistema biológico, filho é aquele que detém os genes do pai e da mãe e, uma vez reconhecida a identidade biológica entre os pais e o filho, surgem novos direitos para a criança, como a possibilidade de passar a usar o nome do pai - relacionado com o direito a personalidade - e demais direitos de cunho social como o direito a alimentos, a herança, entre outros.

---

<sup>1</sup> FACHIN, Luiz Edson. *Estabelecimento da filiação e paternidade presumida*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris editor, 1992, p.169.

Cumpra esclarecer que, na filiação natural, o filho pode ser concebido de forma natural ou também com o auxílio de técnicas médicas, de forma a facilitar o encontro do espermatozóide com o óvulo.

Outrossim, se todos os filhos são dotados de iguais direitos e deveres, não mais importando sua origem, perde qualquer sentido o conceito de legitimidade nas relações de família, que consistia no requisito fundamental da maioria dos institutos do direito de família por muitos anos. Por consequência, relativiza-se o papel fundador da origem biológica.

Desse modo, não há que se confundir estado de filiação com origem biológica, pois que a Carta Magna<sup>2</sup> estabeleceu exatamente o oposto, abrigoando o estado de filiação de qualquer natureza, sem primazia de um sobre outro.

### I. 3- FILIAÇÃO CIVIL OU NÃO BIOLÓGICA

A filiação civil é aquela que decorre da adoção, da socioafetividade ou da reprodução humana assistida, casos em que resultam de outra origem não a biológica, conforme expressamente permite o Código Civil<sup>3</sup> em seu artigo 1593<sup>4</sup>.

Verifica-se que o artigo supracitado ampliou as possibilidades de constituição do parentesco por origem diversa, possibilitando o reconhecimento da filiação em razão da posse do estado de filho.

Nas palavras de Paulo Luiz Netto Lôbo<sup>5</sup>:

---

<sup>2</sup> Constituição Federal, art.227, § 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

<sup>3</sup> <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em 20 de maio de 2015.

<sup>4</sup> Art. 1593,CC. *O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem.*

<sup>5</sup> LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária.* Jus Navigandi. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4752>>. Acesso em 20 de maio de

*“A posse do estado de filiação constitui-se quando alguém assume o papel de filho em face daquele ou daqueles que assumem os papéis ou lugares de pai ou mãe ou de pais, tendo ou não entre si vínculos biológicos. A posse de estado é a exteriorização da convivência familiar e da afetividade (...)”*

Nota-se que há a situação fática na qual uma pessoa desfruta do *status* de filho em relação à outra pessoa, independentemente da realidade legal, sendo conhecida como filiação socioafetiva.

Com efeito, o artigo 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>6</sup> preconiza o seguinte:

*Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.*

Em consequência, o vínculo de filiação, uma vez formado, não mais será objeto de contestação ou de impugnação e imporá, aos que externarem de forma livre e esclarecida o seu consentimento, os direitos e obrigações relativos à filiação. Pode-se dizer, assim, que a filiação é estabelecida não apenas em face do vínculo biológico, mas principalmente em face do vínculo socioafetivo, que atende mais ao princípio do melhor interesse da criança, da dignidade da pessoa humana e também da paternidade responsável.

## II- REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA

Nos dias atuais, é sabido que a infertilidade afeta, aproximadamente, um de cada dez casais, em nível mundial. Sendo assim, cientistas desenvolveram diversas técnicas de reprodução humana assistida para minimizar e resolver as angústias dos casais que sofrem de tal problema.

Ressaltam-se as técnicas de reprodução humana assisti-

---

2015.

<sup>6</sup> <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.htm)> Acesso em 20 de maio de 2015.

da nas quais são empregados métodos em que há a efetiva intervenção médica no ato reprodutivo, tais como: coito programado, inseminação intrauterina, fertilização *in vitro* com a transferência intrauterina de embriões (FIVETE), doação de gametas (espermatozóides ou óvulos) e embriões<sup>7</sup>.

Estes procedimentos podem ser realizados com os gametas do casal ou, em casos de esterilidade ou de transmissão de doenças genéticas, podem-se utilizar espermatozóides, óvulos ou embriões doados por terceiros.

O ordenamento jurídico brasileiro ainda não apresenta regra específica que regule a reprodução assistida; o empréstimo das normas constantes no Código Civil e da Resolução do Conselho Federal de Medicina (Res. CFM n. 2.013/2013) não possibilitam a solução pacífica dos problemas que a sociedade enfrenta.

Nesse sentido, Silvio Venosa assevera que o “*Código Civil de 2002 não autoriza nem regulamenta a reprodução assistida, mas apenas constata lacunosamente a existência da problemática e procura dar solução ao aspecto da paternidade*”<sup>8</sup>.

O artigo 1597, inciso III, do Código Civil<sup>9</sup> assegura a filiação da criança gerada por meio de inseminação artificial homóloga, independente de quando ocorrer o nascimento, em que o material genético fornecido é oriundo do próprio casal interessado no projeto parental, pressupondo que a mulher seja casada ou mantenha união estável. Muito embora o texto legal tenha omitido a União Estável, neste caso, o reconhecimento poderá se dar por via de qualquer das hipóteses legais para o

---

<sup>7</sup> IZZO, Carlos Roberto; FONSECA, Angela Maggio. *Fertilização assistida – seleção de pacientes e técnica*. In *tratado de ginecologia – condutas e rotinas de ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade São Paulo – USP*. São Paulo: Editora Revinter, 2005, p 402.

<sup>8</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil, Direito de Família*. Vol.VI. 8a ed. São Paulo: Atlas, 2008, p.222.

<sup>9</sup> Art. 1597. *Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;*

reconhecimento de filhos.

Já no inciso quarto do mesmo artigo<sup>10</sup>, ainda que o nascimento ocorra após os trezentos dias à dissolução da sociedade conjugal, será presumida a paternidade, desde que a criança tenha sido concebida de embrião excedentário decorrente de material genético dos próprios genitores.

Mais gravosas para a segurança das relações jurídicas que envolvem o Direito de Família são as consequências jurídicas no caso de utilização de material genético de um terceiro.

Com efeito, a inseminação artificial heteróloga, prevista no art. 1.597, V, do Código Civil<sup>11</sup>, é a realizada com material genético de pelo menos um terceiro, aproveitando ou não os gametas (sêmen ou óvulos) de um ou de outro cônjuge.

A tutela legal desse tipo de concepção vem fortalecer a natureza fundamentalmente socioafetiva, e não biológica, da filiação e da paternidade.

## II. 1 – REQUISITOS OBJETIVOS PARA A REPRODUÇÃO ASSISTIDA HETERÓLOGA

Com o intuito de promover a melhor integração da futura criança na sua família constituída por seus pais, alguns sistemas jurídicos têm adotado a regra do consentimento do pai não biológico.

A despeito da falta de previsão legislativa, apenas previsto na Res. CFM n. 2013/2013<sup>12</sup>, o consentimento do casal é

---

<sup>10</sup> CC, Art. 1597, IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.

<sup>11</sup> Código Civil, art. 1597, V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.

<sup>12</sup> *Normas Éticas para Utilização Técnica de Reprodução Assistida*, Res. CFM n.2013/2013, I. 3 - O consentimento informado será obrigatório para todos os pacientes submetidos às técnicas de reprodução assistida. Os aspectos médicos envolvendo a totalidade das circunstâncias da aplicação de uma técnica de RA serão detalhadamente expostos, bem como os resultados obtidos naquela unidade de tratamento com a técnica proposta. As informações devem também atingir dados de

sempre necessário, independente de tratar-se de fecundação artificial homóloga ou heteróloga, tendo em vista que o casal ser tratado como uma unidade em reprodução assistida.

Nesse sentido, é o Enunciado 106<sup>13</sup>, aprovado na I Jornada de Direito Civil, realizada em junho de 2002, pelo Conselho da Justiça Federal:

*“106. Art. 1.597, inc. III: Para que seja presumida a paternidade do marido falecido, será obrigatório que a mulher, ao se submeter a uma das técnicas de reprodução assistida com o material genético do falecido, esteja na condição de viúva, sendo obrigatória, ainda, a autorização escrita do marido para que se utilize seu material genético após sua morte.*

Se o marido autorizou a inseminação artificial heteróloga, não poderá negar a paternidade, em razão da origem genética, nem poderá ser admitida investigação de paternidade, com idêntico fundamento, máxime em se tratando de doadores anônimos<sup>14</sup>.

Assevera Silmara Juny Chinelato<sup>15</sup> que: *“o consentimento do marido para a fertilização por meio de doação de sêmen não comporta retratação. Trata-se, nesse caso, de presunção absoluta em que prevalece a paternidade socioafetiva, desprezando-se a biológica”*.

Dessa forma, tem sido incluído nos sistemas jurídicos como o francês, alemão, espanhol e português, dispositivo que veda a negação da paternidade por parte do marido que, após o nascimento da criança reconsidera a vontade inicialmente ma-

---

caráter biológico, jurídico, ético e econômico. O documento de consentimento informado será elaborado em formulário especial e estará completo com a concordância, por escrito, das pessoas a serem submetidas às técnicas de reprodução assistida. < [http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2013/2013\\_2013.pdf](http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2013/2013_2013.pdf)> Acesso em 20 de maio de 2015.

<sup>13</sup> Disponível no site [www.if.jus.br](http://www.if.jus.br).

<sup>14</sup> LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária*. Jus Navigandi. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4752>>. Acesso em 20 de maio de 2015.

<sup>15</sup> CHINELATO, Silmara Juny. *Comentários ao Código Civil: parte especial: do direito de família*. Vol. 18, p.46.

nifestada, de forma a desvincular-se do projeto parental.

Outrossim, no tocante à doação do material genético, a gratuidade da disposição sobre órgãos, tecidos e substâncias humanas, no direito brasileiro, é princípio e requisito previsto constitucionalmente no artigo 199, §4º, também se aplicando analogicamente ao fornecimento de sêmen, óvulo e embrião, diante da própria consideração de que há determinadas cautelas que são inerentes a tais tecidos ou partes do corpo.

A Res. CFM n. 2013/2013, por sua vez, estabelece no item V – Doação de Gametas e Embriões, que a doação nunca terá caráter lucrativo ou comercial, seguindo tal entendimento.

### III-PRINCÍPIOS BIOÉTICOS ESPECÍFICOS DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA

#### III. 1– PRINCÍPIO DA INTIMIDADE DO DOADOR DO MATERIAL GENÉTICO

O anonimato do doador do material genético é condição *sine qua non* para a garantia do procedimento da inseminação artificial heteróloga, conforme entende Eduardo de Oliveira Leite<sup>16</sup>.

A Resolução do Conselho Federal de Medicina n. 2013/2013 dispõe que obrigatoriamente será mantido o sigilo sobre a identidade dos doadores de gametas e embriões, bem como dos receptores. Apenas em situações especiais, as informações sobre doadores, por motivação médica, podem ser fornecidas exclusivamente para médicos, resguardando-se a identidade civil do doador.

A clínica fará um cadastro das informações genéticas do doador, mas manterá em sigilo sua identidade civil

Tal Resolução baseou-se na Declaração do Genoma

---

<sup>16</sup> LEITE, Eduardo de Oliveira. *Procriações artificiais e Direito: aspectos médicos, religiosos, psicológicos, éticos e jurídicos*. P.339



Humano e dos Direitos Humanos, elaborada pela UNESCO, em 1997, que reconheceu o direito humano ao patrimônio genético. Em seu artigo 7º preconiza: *“Quaisquer dados genéticos associados a uma pessoa identificável e armazenados ou processados para fins de pesquisa ou para qualquer outra finalidade devem ser mantidos em sigilo, nas condições previstas em lei”*.

E ainda em seu artigo 9º:

*“Com o objetivo de proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais, as limitações aos princípios do consentimento e do sigilo só poderão ser prescritas por lei, por razões de força maior, dentro dos limites da legislação pública internacional e da lei nacional dos direitos humanos.”*

Vislumbra-se, portanto, que apenas por força de lei e diante de situações extremas, seria possível a quebra do sigilo do doador.

A revelação das informações genéticas de uma pessoa é de grande gravidade. O genoma pertence a esfera íntima da pessoa, merecendo proteção jurídica, ressaltando-se, inclusive, que a Constituição Federal, de 1988, em seu artigo 5º, inciso X, incluiu a intimidade do ser humano como direito fundamental individual.

Os dados do doador são pertencentes a ele exclusivamente, não podendo ser objeto de investigações embasadas apenas na vontade do filho concebido mediante a técnica heteróloga em saber a identidade civil do doador.

O doador assina o termo de consentimento e dispõe de seu material genético convicto de que estará assegurado seu anonimato, sem o intuito de ser identificado posteriormente.

Afinal, quem doa material genético, no caso da gratuidade do ato, o faz com o intuito altruístico de auxiliar projeto parental que não o próprio, sem ter por vontade a de procriar ou manter sua hereditariedade.

A opinião majoritária da doutrina brasileira aponta a necessidade de manter o anonimato do doador do material fe-

cundante, sob pena de inviabilizar a própria utilização da técnica. Até o presente momento, nossos tribunais ainda não se manifestaram a respeito de tal questão, apenas a abordando de forma tangencial.

No mais, o anonimato do doador e o sigilo do procedimento consubstanciam a própria garantia constitucional do planejamento familiar no âmbito privado, sendo que a quebra desses princípios ensejaria o comprometimento da vida íntima do casal.

### III. 2- PRINCÍPIO DO CONHECIMENTO DA ORIGEM GENÉTICA

No contexto dos direitos da personalidade, insere-se o direito à vida, que abarca o direito à historicidade e à informação da sua ascendência genética<sup>17</sup>.

Os defensores desse princípio entendem que o sigilo da filiação e o anonimato da pessoa do doador se afiguram como princípios absolutos relativamente a todas as pessoas, salvo no que pertine à própria pessoa concebida pela técnica de reprodução assistida heteróloga.

Levam em consideração a necessidade da pessoa concebida precisar de alguma informação genética relativa ao seu ancestral biológico, que seja indispensável a preservação de sua saúde e vida.

Mas não só nesses casos seria possível a quebra do sigilo. Também a admitem por razões de higidez psicológica, como forma de prevenção de problemas que podem vir a se desenvolver no futuro e que podem determinar o comportamento da pessoa durante toda a sua vida.

Assim, o filho pode ter a necessidade psicológica de conhecer seu pai verdadeiro e sua família não pode impedi-lo.

---

<sup>17</sup> BITTAR, Carlos Alberto. *Reparação civil por danos morais*. 3a ed. Rev. atual e ampl. 2a tir. São Paulo: RT, 1999, pp.253-254.

Para Maria Clara Osuma Diaz Falavigna e Edna Maria Farah Hervey Costa<sup>18</sup>, não mais se admite em nosso Direito a vedação do acesso de uma pessoa às suas origens, sob pena de violação dos direitos de personalidade, essencialmente da integridade e da dignidade:

*“[...] a situação é semelhante à da adoção, ou seja, se há possibilidade de o filho adotado ver reconhecida sua origem biológica, o mesmo ocorre para os que nasceram de fecundação artificial heteróloga. Nesse caso a legislação é clara de negar qualquer relação jurídica entre o filho dado em adoção e os pais biológicos, sendo omissa em relação às inseminações heterólogas; porém, visto que mesmo em se tratando de adoção há possibilidade de se conhecer a origem biológica, não se negará o direito do filho concebido por reprodução assistida heteróloga.”*

Dessa forma, aplicar-se-iam, com base no processo de integração analógica, as regras da adoção previstas no ECA (artigos 47 e 48), que prevêm que nenhuma observação sobre a origem do ato poderá constar nas certidões do registro, entretanto, assegura ao adotado o direito de conhecer sua origem biológica, após completar dezoito anos.

Portanto, admitem a relativização do anonimato, quando motivado: pelo efeito psicológico do conhecimento da origem genética, pela preservação da saúde das pessoas geradas pela técnica de reprodução assistida frente doenças genéticas e, pelos impedimentos matrimoniais.

#### IV-TRATAMENTO DA REPRODUÇÃO HETERÓLOGA EM OUTROS PAÍSES

- *Portugal* (Lei n. 32/2006): a) proíbe a compra ou venda de gametas; b) o consentimento deve ser expresso e por escrito, perante o médico responsável, após serem informados

---

<sup>18</sup> COSTA, Edna Maria Farah Hervey; FALAVIGNA, Maria Clara Osuma Diaz. Teoria e prática do direito de família: de acordo com a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. São Paulo: Editora Letras jurídicas: Bestbook Editora, 2003. p. 210.

previamente de todos os benefícios e riscos conhecidos, bem como sobre as implicações éticas, sociais e jurídicas; c) é garantido o sigilo de cada um dos participantes do procedimento, mas fica reservado ao concebido por uma das técnicas de reprodução assistida o direito de obter as informações de natureza genética que lhe digam respeito, com fundamento em impedimento legal ao casamento, mantendo a confidencialidade acerca da identidade do doador, exceto se este expressamente o permitir; d) no caso de reprodução assistida heteróloga, reconhece-se como pai o marido/ companheiro, desde que tenha havido consentimento na inseminação, servindo esse documento para o registro de nascimento.

- *Espanha* (Lei n. 14/2006): a) a doação é gratuita, formal e confidencial, constando de um contrato escrito, tendo como única compensação econômica permitida a ressarcitória de moléstias físicas e gastos que poderão derivar da doação; b) o consentimento dos participantes deve ser expresso; c) é garantido o sigilo, mas os filhos nascidos têm o direito de obter informações gerais sobre o doador desde que não inclua sua identidade, a não ser em situações excepcionais que impliquem perigo de vida ou saúde para o filho, em que poderá ser revelada a identidade, que terá caráter restrito, não sendo possível sua publicidade; d) ainda que haja a revelação da identidade do doador nos casos permitidos em lei, ela não ensejará determinação legal de filiação.
- *Estados Unidos* (Uniform Parantage Act de 2000): a) a doação é remunerada; b) o consentimento deve ser expresso pelos pacientes que se utilizarão da técnica de reprodução assistida, todavia é possível a retratação formal de qualquer um deles antes do início do processo; c) doador não é considerado progenitor da criança concebida, pois o que determina a paternidade é a intenção de ser pai.
- *Alemanha*: a) a doação do material genético pode ser remu-

nerada; b) há previsão do sigilo do doador, mas a criança concebida tem direito ao conhecimento de sua ancestralidade após 16 anos. Em 28 de Janeiro de 2015, Superior Tribunal de Justiça da Alemanha, Bundesgerichtshof (BGH) nos autos de processo oriundo do Tribunal de Hannover, reconheceu, em tese, a possibilidade de se afastar o anonimato do doador e conhecer sua identidade civil, fortalecendo o princípio da dignidade do ser humano diante das inovações na Bioética

## VI- CONCLUSÃO

O absolutismo do princípio do conhecimento da origem genética é insuficiente para fundamentar a quebra do anonimato do doador genético, tendo em vista que as relações humanas, atualmente, estão alicerçadas em outros valores, como a convivência permanente.

Com o sigilo do doador, a família tem garantido seu desenvolvimento normal, com total autonomia. Dizer que a criança tem direito a conhecer a identidade genética e civil faz com que retroajamos a paternidade biológica, conceito já ultrapassado pelos juristas.

Nas palavras de Rodrigo da Cunha Pereira<sup>19</sup>:

*“[...] a família não é um grupo natural, mas cultural, não se constituindo apenas por um homem, mulher e filhos, mas sim, de uma edificação psíquica em que cada membro ocupa lugar/função de pai, de mãe e de filho, sem que haja necessidade de vínculo biológico [...]”.*

Assim, indaga-se até que ponto a relativização do anonimato do doador com sua consequente identificação civil trará algum benefício psicológico para o filho concebido por meio da técnica de reprodução heteróloga? Será que saber isso real-

---

<sup>19</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha apud LACAN, Jacques. *Os complexos familiares*. Trad.Marco A. C.J e Potiguara Mendes S.J. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p13.

mente é benéfico para a saúde mental do filho?

E com relação aos pais que se submeteram a tal tipo de técnica reprodutiva, será que não devem ter seus direitos e intimidade levados em consideração, tendo em vista o fato de ser a infertilidade ainda um assunto muito delicado em nossa sociedade.

Assim, Mayana Zatz<sup>20</sup> afirma o seguinte:

*“As legislações oscilam entre a total obrigatoriedade de se manter segredo até previsões específicas de quebra de confidencialidade em casos de risco de vida ou de imposições legais. A experiência mostra que as pessoas reagem às informações das maneiras mais inesperadas. Somos diferentes na forma como lidamos com as decepções e relacionamentos das nossas vidas.”*

O princípio do conhecimento da origem genética é importante para o reconhecimento de características biológicas relevantes, mas a forma como a pessoa, concebida por reprodução assistida heteróloga, lidar com essa informação deve ser analisada antes de regularmos a quebra do anonimato do doador com sua consequente identificação civil.

Assim, entendemos pela possibilidade da quebra do sigilo do doador, por motivos eugênicos e de preservação da vida e da saúde, mas não para estabelecer vínculo parental e suas consequências pessoais e patrimoniais.

Nesse sentido, Rolf Madaleno<sup>21</sup> ensina que:

*“Quando um filho já tem um pai registral, mostra-se totalmente integrada a jurisprudência com o espírito da lei, quando restringe a pesquisa dos laços genéticos apenas aos efeitos psicológicos, eugênicos e de preservação da vida e da saúde, sem qualquer ingerência ou modificação dos vínculos de parentesco já estabelecidos por adoção ou por afeição”.*

A verdadeira paternidade está na vontade e no prazer dos pais em criarem seus filhos e não na procedência genética.

---

<sup>20</sup> ZATZ, Mayana. *Genética: as escolhas que nossos avós não faziam*. São Paulo: Globo, 2011, p. 54-55.

<sup>21</sup> MADALENO, Rolf. *Repensando o Direito de Família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 138.



## BIBLIOGRAFIA:

- BEVILÁCQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*. Vol. II. 11a, atualizada por Achilles Beviláqua. RJ: Ed Paula de Azevedo, 1956.
- BITTAR, Carlos Alberto. *Reparação civil por danos morais*. 3a ed. Rev. atual e ampl. 2a tir. São Paulo: RT, 1999, pp.253-254
- CHINELATO, Silmara Juny. *Comentários ao Código Civil: parte especial: do direito de família*. Vol. 18.
- CRUZ, Ivelise Fonseca da. *A influência das técnicas da reprodução humana assistida no direito*. Tese de Mestrado PUC-SP. 2005.
- COSTA, Edna Maria Farah Hervey; FALAVIGNA, Maria Clara Osuma Diaz. *Teoria e prática do direito de família: de acordo com a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. São Paulo: Editora Letras jurídicas: Bestbook Editora, 2003
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil brasileiro: Direito de Família, vol.5. 18a ed.. Aum e atual. De acordo com o novo Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2002
- FACHIN, Luiz Edson. *Estabelecimento da filiação e paternidade presumida*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris editor, 1992.
- FERNANDES, Silvia Cunha. *As técnicas de reprodução humana assistida e a necessidade de sua regulamentação juridical*. Biblioteca de Teses. Ed. Renovar.
- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *A nova filiação: o biodireito e as relações parentais: o estabelecimento da*

- parentalidade-filiação e os efeitos jurídicos da reprodução assistida heteróloga*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- GUGLIOTI, Kristine Barci. *Reprodução artificial: limites necessários*. Tese de Doutorado USP-SP. 2014.
- IZZO, Carlos Roberto; FONSECA, Angela Maggio. *Fertilização assistida – seleção de pacientes e técnica*. In *tratado de ginecologia – condutas e rotinas de ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade São Paulo – USP*. São Paulo: Editora Revinter, 2005.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. *Procriações artificiais e Direito: aspectos médicos, religiosos, psicológicos, éticos e jurídicos*.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária*. Jus Navigandi. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4752>>. Acesso em 20 de maio de 2015
- MADALENO, Rolf. *Repensando o Direito de Família*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- PEREIRA, Rodrigo da Cunha apud LACAN, Jacques. *Os complexos familiares*. Trad. Marco A. C.J e Potiguar Mendes S.J. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990
- PINTO, Carlos Alberto Ferreira. *Reprodução Assistida Heteróloga: direito ao conhecimento da identidade genética*. Recanto das Letras. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/textosjuridicos/720659>>.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: vol.6*. 27a ed., atualizada por Francisco Cahali, com anotações no novo Código Civil. SP: Saraiva, 2002
- SCALQUETE, Ana Cláudia S. *Estatuto da Reprodução Assistida*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SERAFIM, Carla Matuk Borba. *O procedimento na reprodu-*



*ção assistida: o arrependimento na inseminação heteróloga*. Tese de Doutorado PUC-SP. 2010.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil, Direito de Família*. Vol.VI. 8a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZATZ, Mayana. *Genética: as escolhas que nossos avós não faziam*. São Paulo: Globo, 2011.

<[https://drive.google.com/file/d/1uw2H4L7YAnnsXR6\\_PyNu4eZkRspGj80DpDPz1yrkdjBWnuJmXA81AtKi6HYNwTw8Zh2mL6u4JbBHRdUM/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1uw2H4L7YAnnsXR6_PyNu4eZkRspGj80DpDPz1yrkdjBWnuJmXA81AtKi6HYNwTw8Zh2mL6u4JbBHRdUM/view?usp=sharing) .

<[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2013/2013\\_2013.pdf](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2013/2013_2013.pdf)> Acesso em 20 de maio de 2015.

<<http://www.if.jus.br>>. Acesso em 20 de maio de 2015.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm)> Acesso em 20 de maio de 2015.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm)> . Acesso em 20 de maio de 2015.